

INTRODUÇÃO AO DIREITO E AO PENSAMENTO JURÍDICO

Prof.a Assunção Cristas e Prof. Miguel Azevedo Moura

EXAME ÉPOCA ESPECIAL DE RECURSO

23 de junho de 2022

O Exame Escrito é composto por quatro grupos. **Utilize uma folha de exame diferente para responder ao grupo IV.** Na sua resposta identifique com clareza o grupo, número e a alínea a que a sua resposta diz respeito. Entre os números ou alíneas respondidas deixe pelo menos um parágrafo.

Não escreva o seu nome, número ou qualquer outro elemento que possibilite a sua identificação nas suas folhas de resposta. Antes de começar a responder, leia o Exame Escrito e atente às cotações de cada uma das perguntas. **Não é permitida a consulta de quaisquer materiais que não legislação (não anotada).**

Grupo I

Podemos situar na Antígona, de Sófocles, o primeiro relato da tensão entre o direito posto e o direito válido, tensão que com configurações diversas perdura até aos nossos dias.

Comente a afirmação no contexto das principais correntes do pensamento jurídico estudadas, ilustrando também com exemplos da atualidade.

(4,5 valores)

Grupo II

Responda separada às questões seguintes. Tenha o cuidado de problematizar e de usar todos os argumentos pertinentes para justificar as posições que enuncia e fundamentar as suas respostas, nomeadamente socorrendo-se de normas jurídicas e das posições estudadas dos vários autores.

1. É aceitável como fundamento da norma jurídica um costume contrário à Constituição?

(1,5 valores)

2. De que forma ou formas podem os tribunais, através das suas decisões, ter um papel criador de direito?

(1,5 valores)

3. A doutrina é uma fonte indeclinável de normas jurídicas. Concorda?

(1,5 valores)

Grupo III

Esclareça, justificadamente, as seguintes dúvidas:

1. Ana apercebe-se que certo diploma foi publicado sem a ratificação por parte do Presidente da República. Pergunta-lhe que consequência tem.

2. Bento considera que a norma B, constante de um novo diploma, contraria a norma A em vigor. Entende que a norma A não deve ser aplicada. Já Carlota, para quem a norma A é mais favorável, entende que não havendo uma disposição revogatória expressa, a norma A continua em vigor. Quem tem razão?

3. Uma lei recentemente publicada, contém uma disposição transitória que fixa a entrada em vigor da lei para dali a seis meses. Duarte, considera que tal disposição contraria a norma legal que fixa 5 dias de *vacatio legis*, pelo que a lei já está em vigor. Eduarda discorda e pergunta-lhe opinião.

(1 valor para cada questão = 3 valores)

Grupo IV

Imagine a seguinte hipótese:

Ana está a passear na rua com o seu cão e repara que B está a tirar fotografias suas com o telemóvel. Ana dirige-se a Bernardo, tira o telemóvel das suas mãos e atira-o ao chão, destruindo-o. Carlos, polícia, ao ver a situação, obriga Ana a ficar 1h em pé, à chuva, à espera do carro da polícia para a levar para a esquadra. Farta daquele tratamento, Ana agride Carlos com uma garrafa e coloca-se em fuga.

Ana argumenta que não deve ser responsabilizada porque agiu em ação direta (no caso de Bernardo) e em exercício do direito de resistência (no caso de Carlos). Tem razão?

(8 valores)